



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELIANA DOS SANTOS COSTA

**A VARIEDADE LINGUÍSTICA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO
COM FOCO NOS ALUNOS DO 6º ANO, ORIUNDOS DO CAMPO**

AMARGOSA – BA
2024

ELIANA DOS SANTOS COSTA

**A VARIEDADE LINGUÍSTICA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO
COM FOCO NOS ALUNOS DO 6º ANO, ORIUNDOS DO CAMPO**

Monografia do Curso de Licenciatura em Pedagogia, apresentada à banca examinadora do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eurácia Barreto de Andrade

**AMARGOSA – BA
2024**

Ficha catalográfica

Costa, Eliana dos Santos.

A variedade linguística nas práticas pedagógicas: um estudo com foco nos alunos do 6º ano, oriundos do campo/ Eliana Costa – –Amargosa, 2024.

64 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Formação de Professores, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eurácia Barreto de Andrade.

1. Variedade linguística. Preconceito linguístico. Respeito da língua falada.

I. Título.

CDD xxx

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIANA DOS SANTOS COSTA

A VARIEDADE LINGUÍSTICA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO COM FOCO NOS ALUNOS DO 6º ANO, ORIUNDOS DO CAMPO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Pedagoga, pela seguinte banca examinadora.

Amargosa, __ de agosto de 2024.



Profa. Dra. Maria Eurácia Barreto de Andrade
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profa. Dra. Erica Bastos da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Profa. Dra. Gilselia Macedo Cardoso Freitas
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Dedico...

*Aos meus irmãos Elizângela Costa,
Everaldo Costa e Erlane Costa, símbolos
de resiliência. Juntos somos mais fortes!*

*Ao meu esposo Diego Rosilan, gratidão
por seu companheirismo, e ao meu filho
Diego Augusto, pela dispensação de tanto
amor na hora das minhas angústias.*

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento, ao senhor Jesus que sempre me fortalece e permitiu que eu chegasse no final do curso de Licenciatura em Pedagogia. Mesmo diante de palavras desmotivadoras daqueles que diziam torcer por meu sucesso. Obrigada meu Deus, por ser tão bom comigo!

Ao meu pai Erasmo dos Santos Costa, que é exemplo do quanto devemos ser fortes e corajosos para enfrentarmos as adversidades que a vida nos impõe. A minha mãe Maria Vicente dos Santos (*in memoriam*), mulher guerreira, a qual será sempre lembrada e tomada como exemplo de que nunca podemos parar de lutar por nossos sonhos.

Ao meu filho Diego Augusto, por entender a minha ausência por muitas noites, devido a todos esses anos na faculdade, em que foi porque eu estava cuidando das nossas vidas, por mim e por você. Ao meu esposo Diego Rosilan Santana Pinheiro, por sempre me lembrar o quanto é importante ter uma formação e o quanto o conhecimento liberta as pessoas. Muito obrigada marido, por “lutar esse bom combate” comigo!

Aos meus irmãos Elisângela dos Santos Costa, Everaldo dos Santos Costa e Erlane dos Santos Costa, vocês são sinônimo de resiliência e essa conquista é parte da nossa história. Só faltou a nossa mãe viva nesse momento, para abrilhantar ainda mais o momento, mas sei que onde ela estiver, ficará muito feliz. À minha sogra Solange Leal Santana, por cuidar do meu filho nos momentos em que estive ausente e dar a ele aquilo o que muitas vezes eu faltei como mãe, por estar nesta caminhada de formação acadêmica.

A minha orientadora professora Dra. Maria Eurácia Barreto, por me acolher com um tema já em andamento e não hesitar em nenhum momento, mesmo não sendo ela minha professora em pesquisa, mas acreditou que conseguiríamos dar conta do projeto. Enquanto outros recusaram a orientação, por o tema não ser de suas áreas de pesquisa, ela acreditou e me permitiu seguir com o tema inicial que eu havia escolhido. Muito obrigada profa. Eurácia!

A professora Dra. Érica Bastos da Silva, por me incentivar no início do projeto e acreditar que era possível uma pesquisa com o tema que me havia inquietado: querer falar sobre preconceito linguístico na sala de aula. À Marilene Silva de Brito (Dona Lene) e Aline da Silva Reis, que foram uma segunda família para mim em Amargosa,

me apoiando sempre e me acolhendo. A Priscila Costa e Mauricio de Jesus (Bigu), amigos que levo da Universidade (UFRB) para a vida. Tiveram também muitos outros amigos que construir nessa jornada, sintam-se abraçados por mim e obrigada por tanto.

Agradeço a Laíla Maíse Anunciação, por ser a pessoa cuidadosa, paciente e afetuosa. Obrigada querida, por andar comigo! Quero aqui externar também a minha gratidão à profa. Dra. Gilselia Macedo Cardoso Freitas, por contribuir na avaliação final.

Por fim, quero agradecer a todos que torceram pela minha vitória e emanaram energias positivas. Acredito que todas essas vibrações me possibilitaram chegar na reta final desse ciclo da minha vida!

*“Como sou pouco e sei pouco,
faço o pouco que me cabe,
me dando por inteiro”.*

Ariano Suassuna

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma discussão acerca da variedade linguística existente nas práticas pedagógicas. Tem, por objetivo geral, investigar como as escolas urbanas tratam em suas práticas pedagógicas a variedade linguística de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, advindos do campo. Para reflexão e aprofundamento da temática, foram mobilizados alguns teóricos que contribuíram sobremaneira para apropriação de conceitos sobre o objeto em estudo, dentre eles, destaca-se Marcos Bagno (1999, 2002, 2004, 2007, 2009, 2012), Paulo Freire (1987, 2001, 2005, 2006), Bortoni-Ricardo (1984, 2004, 2005), Dino Preti (2003), Emília Ferreiro (2000, 2011) e Saviani (2001). No que se refere à metodologia, este trabalho é de natureza qualitativa, com base na pesquisa de campo e nos estudos bibliográficos, tendo como dispositivo para a produção de dados a entrevista semiestruturada, que foi realizada por meio da aplicação de um roteiro com perguntas previamente elaboradas com duas professoras que contribuíram para a obtenção de informações importantes, dando materialidade à pesquisa. Diante dos dados produzidos e da pesquisa realizada, os resultados apontam que as escolas têm buscado trabalhar em seus projetos pedagógicos a inserção das questões sobre as diversidades existentes dentro da comunidade escolar, dentre essas questões, a variedade linguística é um desafio enfrentado pelos professores, no que se refere à orientação para o combate ao preconceito linguístico dentro da sala de aula. Espera-se que esta pesquisa possa colaborar para ampliação das referências nesta área e que contribua para professores e demais profissionais que se interessam com a temática aqui pautada, desde às reflexões conceituais até as suas práticas.

Palavras-chave: Variedade linguística; Preconceito linguístico; Respeito da língua falada.

ABSTRACT

This research discusses the linguistic variety present in pedagogical practices. Its general objective is to investigate how urban schools address the linguistic variety of 6th-grade students from rural areas in their pedagogical practices. Several theorists were consulted to deepen and reflect on this theme, including Marcos Bagno (1999, 2002, 2004, 2007, 2009, 2012), Paulo Freire (1987, 2001, 2005, 2006), Bortoni-Ricardo (1984, 2004, 2005), Dino Preti (2003), Emília Ferreiro (2000, 2011), and Saviani (2001). Methodologically, this work is qualitative, based on field research and bibliographic studies, utilizing semi-structured interviews with two teachers as a data collection tool. The interviews provided crucial information for the research. The results indicate that schools are attempting to incorporate issues of diversity within the school community into their pedagogical projects. Among these issues, linguistic variety poses a challenge for teachers, especially regarding guidance on combating linguistic prejudice in the classroom. It is hoped that this research will expand references in this area and contribute to teachers and other professionals interested in the topic, from conceptual reflections to practical applications.

Keywords: Linguistic variety; Linguistic prejudice; Respect for spoken language.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CMPCSA- Colégio Municipal Professor Clóvis da Silva Almeida

GN- Gramática Normativa

LP- Língua Portuguesa

PCN- Parâmetro Curricular Nacional

PPP- Projeto Político Pedagógico

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada e Entrada do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida	43
Figura 2 - Quadra poliesportiva do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
II. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM DISCUSSÃO: O QUE É? COMO SE DÁ? QUAIS OS CONTEXTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS?	23
2.1 O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO? CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITO	23
2.2 EM QUAIS CONTEXTOS ESTÃO PRESENTES OS PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS?	30
2.3 QUAIS CONSEQUÊNCIAS O PRECONCEITO LINGUÍSTICO PODE ABARCAR NA VIDA DAS PESSOAS?	33
2.4 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SALA DE AULA.....	34
2.4.1 <i>O papel da escola em situação de preconceito linguístico</i>	35
2.4.2 <i>A função da escola no ensino da língua falada</i>	36
III - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	39
3.2 DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	41
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
IV – O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE AS PROFESSORAS PERCEBEM?	46
4.1 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO SOB A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS	46
4.2 AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA PROPOSTA PEDAGÓGICA Do colegio Modelo professor clóvis da silva almeida EM MUTUÍPE- BA	51
4.3 AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO DA SALA DE AULA DO 6º ANO E AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o Brasil possui uma grande variedade linguística, com muitas variantes por todo o seu território, esta pesquisa surge com a intenção de realizar uma discussão sobre como o uso da língua materna falada nos espaços de sala de aula, ou seja, a fala de estudantes que fazem uso das variações linguísticas para se comunicar, pode ser considerado por professores dentro dos processos de ensino-aprendizagem. As considerações sobre o uso de variedades linguísticas, não implicam, necessariamente, em abrir mão do uso da gramática, como nos explica Bagno (1999), mas em buscar estratégias que garantam acesso à educação sem prejuízos ao aprendizado. O trabalho se desenvolve a partir de um estudo que tem por foco analisar o fenômeno da variação linguística, bem como, do preconceito linguístico, que surge a partir dessa presença de variação das formas de se falar, numa turma de 6º ano do ensino fundamental, em que os alunos são oriundos do campo.

Pode-se considerar falante de variações linguísticas, as pessoas que não conseguem dominar a língua portuguesa dentro de sua totalidade, isso é, no sentido fonológico, léxico e morfológico, como demanda a gramática normativa da língua portuguesa brasileiro. Essa variação se dá, a partir dos acessos negado aos sujeitos dentro da sociedade, ou seja, acessos sociais, culturais e econômicos. Diante do exposto, percebe-se a necessidade que as escolas dialoguem com a realidade de seus educandos, proporcionando um ambiente dialógico, que procure entender que cada estudante vem de uma realidade social, cultural, econômica.

Para aprofundamento na discussão da pesquisa, considera-se estudos da área de linguística, como o filólogo Marcos Bagno (1999) que faz uma importante reflexão sobre o julgamento da fala de indivíduos como “certo” ou “errado”, que nos remete a refletir sobre a importância de se pensar a respeito dessa problemática, buscando compreender a importância de ajuizamentos na sala de aula, afirmando esse lugar como um espaço de aprendizagens e inclusão, e não de julgamentos. Desse modo, o autor supracitado nos dá conta a uma revisão do olhar para os educandos falantes de variações linguísticas, enfatizando na necessidade das adequações e respeito ao

currículo, segundo o artigo 3º, da LDB, lei nº 14.191, como um fazer necessário para a valorização do conhecimento e respeito à diversidade desses seres dentro das escolas.

A constituição federal de 1988, preconiza, de acordo com a lei 7.716/89, que “o preconceito linguístico denominado de discriminação e procedência nacional, são definidos como crime”. No artigo 1º desta lei, há uma punição para aquele que não a cumpre, onde consta que, “o preconceito linguístico se configura crime, com pena de reclusão de dois a cinco anos” (Brasil, 1988). Para tanto, diante desta normativa constitucional, resguardar os educandos de exposições preconceituosas, é um fazer mais que necessário, é um direito garantido que precisa ser assegurado. O preconceito linguístico, assim como o de classe social, intolerância religiosa e/ou etnia, dentre tantos outros, é uma violação de direito e se configura como exclusão de pessoas.

Esse tipo de preconceito é uma realidade que precisa ser discutida nos espaços escolares. Nesse sentido, Bagno (1999) contribui ao destacar que, diante de todos os preconceitos, o linguístico vem associado a uma discriminação social, onde as pessoas de classes sociais menos favorecidas, que não tiveram acesso à escola, é que irão ter esse “juízo de valor negativo”, por utilizar dessa linguagem informal.

Uma das motivações que me direcionaram para pesquisar sobre este tema, surge mediante leitura do texto “Nóis mudemo”, de Fidêncio Bogo (1999), que aborda como pessoas falantes, a partir de uma variação linguística constatada, sofrem com o preconceito linguístico. O contato com esse texto foi uma proposta de leitura e análise textual, feita por um professor de Língua Portuguesa, no 4º semestre da graduação em Pedagogia, cursado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Formação de Professores (CFP). O texto é um conto, que traz a história de Lúcio: o Lúcio Rodrigues Barbosa; um adolescente falante de variações linguísticas, que passou a sofrer preconceito linguístico na escola quando a professora o corrigiu diante de todos os colegas de sala por falar “nóis mudemo”. A preocupação de Lúcio era justificar naquele momento, a sua ausência nas aulas depois de ter faltado por vários dias, e durante o seu discurso, ele fala: “nóis mudemo fessora”. Sua fala foi típica de alguém de origem mais humilde, das classes menos favorecidas, falante de variação linguística.

Naquele momento na sala de aula, a professora que era uma referência para o estudante, teve uma atitude hostil e o corrigiu imediatamente por ele falar “errado”, fora das normas gramaticais. A correção feita pela professora não soou nada agradável, pois ao corrigir Lúcio em público de maneira impensada, sem demonstrar conhecimento sobre variação linguística e empatia ao estudante, a docente acabou desencadeando consequências desastrosas para aquele rapaz. A evasão da escola foi a primeira coisa a acontecer, porque ele não suportou as chacotas que passou a sofrer por parte dos colegas e, na intenção de fugir daquelas agressões preconceituosas, Lúcio mudou-se para outra cidade, na tentativa de construir uma nova história para sua vida.

Para uma pesquisa mais aprimorada sobre variações linguísticas e sobre preconceito linguístico nas escolas, apresento a contribuição de Bagno (1999), onde ele afirma que a ciência linguística moderna demonstra que não existe homogeneidade linguística, ou seja, a língua “una” é uma ficção e, acreditar em uma única maneira de falar dentro de uma sociedade de um povo tão diversificado e com a língua falada, não seria diferente, considerando que toda língua humana é viva e, portanto, suscetível a mudanças por várias razões. Desse modo, a língua portuguesa brasileira “[...] apresenta variações em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico, etc.), e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.)” (Bagno, 1999, p. 27). Assim, podemos comprovar cientificamente, que a língua pode sofrer alterações, de acordo com o meio que o indivíduo está inserido, bem como, cada educador precisa buscar a melhor maneira de trabalhar a respeito dessas variações linguísticas dentro da sala de aula.

Pensando numa educação dialética, como enfatiza o patrono da educação brasileira Paulo Freire, a preocupação da professora em corrigir o aluno Lúcio foi tão impensada, que sua prática pedagógica foi totalmente opressora. Na obra Freiriana, *Pedagogia dos Sonhos Possíveis* (2001), o autor faz uma reflexão bastante pertinente, que remete para uma compreensão do que faltou na prática pedagógica da professora do conto de Fidêncio Bogo. Freire (2001) ressalta:

[...] o processo de alfabetização válido entre nós é aquele, que [...] não se satisfaz apenas [...] com a leitura da palavra, mas que se dedica também a estabelecer uma relação dialética entre a leitura da palavra

e a leitura do mundo, a leitura da realidade. A prática da alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de leitura do mundo, de como os alfabetizados estão lendo sua realidade, porque toda leitura do mundo está grávida de um certo saber. Não há leitura do mundo que não esteja empenhada pelo saber, por certo saber (Freire, 2001, p.134).

O professor (a) não é impedido de fazer qualquer correção aos seus alunos (as), mas essa intervenção precisa ser feita de forma cautelosa, sem acarretar nenhum prejuízo ou dano à moralidade do (a) estudante. É importante que o educador tenha uma certa cautela ao explicar para o educando (a) sobre a exigência da formalidade ao falar em determinados lugares, mas, realizar essa ação sempre considerando os fatores relevantes que colaboram na construção do sujeito, como aspectos socioculturais e históricos, bem como, as diferenças linguísticas regionais.

Conforme Preti (2003), é cabível ao “filho do homem do campo, bem como outros povos”, falarem a linguagem peculiar de seu lugar de origem, uma vez que essa, é parte da representatividade de um povo, o que contribui de forma direta na cultura linguística que atravessa gerações. Diante do exposto, podemos entender que os estudantes falantes de variações linguísticas, têm (ou deveriam ter) autonomia para se expressarem da forma que melhor se sentirem confortáveis como cidadãos, tendo em vista que essas ações também são um direito garantido pela constituição: a liberdade de expressão.

A escola precisa ser um lugar de acolhimento, de inclusão e, quando se trata de respeito à diferença, essa problemática precisa ficar ainda mais ampla. As discussões, dentro das jornadas pedagógicas, são, geralmente, direcionadas para diálogos sobre raça/etnia, religião, classe social, sexualidade, etc.; quanto há um planejamento pautado nas construções linguísticas existentes no país, ainda é bastante invisibilizada. Para tanto, é urgente essa discussão dentro dos planejamentos pedagógicos, considerando a diversidade linguística dos alunos.

Segundo Piaget (1970) e as teorias construtivistas, “a criança se desenvolve a partir da ação sobre o meio em que ela está inserida”. Com o desenvolvimento da linguagem não é diferente, pois desde o início da vida, quando começa a oralizar, a criança torna-se um repetidor do que vê e ouve dentro de sua casa ou dentro de sua comunidade. Ela aprende os costumes familiares e reproduz a cultura do seu lugar de

origem, sendo, a partir dessas experiências, que ela vai construindo seu repertório linguístico, que é reflexo da convivência.

Na escola, com a intervenção do educador, a criança vai desenvolver as habilidades: escrever, somar, reconhecer, ou seja, serão aplicadas metodologias em que o estudante é estimulado a lógica, a crítica, a política, dentre tantos outros conhecimentos. Quanto às mudanças na oralidade, deve ser algo que vai acontecendo a medida de suas necessidades, ou seja, a partir do momento que o sujeito começa a conviver fora do contexto de sua comunidade, ele vai conhecendo novos repertórios, novos movimentos linguísticos e, assim, começa a sentir a necessidade dessa adequação, conforme a gramática normativa (GN).

Portanto, o (a) professor (a) participa dessa construção linguística como mediador (a) e precisa garantir a aprendizagem da linguagem “formal”. Enquanto prática pedagógica, isso vai sendo trabalhado na prática da escrita. Já o desenvolvimento da oralidade, numa linguagem padrão normativa culta, é uma particularidade de cada sujeito, que ele vá se adequando e se ajustando, mediante cada desafio de fala, por exemplo, discursos mais formais, contato com comunidade de classe mais privilegiada, dentre outras oportunidades que demandam de uma linguagem mais formalizada. Nesse sentido, faz-se necessário ampliar este debate nos espaços formativos, de modo que a mediação pedagógica aconteça de forma cuidadosa, respeitosa e levando em consideração as singularidades dos sujeitos quanto a sua oralidade.

Considerando que é de fundamental importância pesquisar como os professores das escolas públicas estão trabalhando essa problemática com os alunos falantes de variedades linguísticas, se faz urgente essa compreensão, pois o modo de falar faz parte da cultura de um povo. A linguagem que o estudante usa para se expressar, precisa ser respeitada dentro da escola, sem trazer nenhum transtorno ou prejuízo, pois vivemos em uma sociedade constituída por diversidades linguísticas.

A partir das reflexões apresentadas, a questão que move esta pesquisa busca investigar: como as escolas urbanas tratam, em suas práticas pedagógicas, a variedade linguística dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental advindos do campo? Diante da questão mobilizadora deste estudo, foi delineado o objetivo geral da pesquisa que se constitui em investigar como as escolas urbanas tratam em suas

práticas pedagógicas a variedade linguística dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, advindos do campo.

Partindo deste objetivo geral, foram traçados os objetivos específicos da pesquisa, que se pautam em: compreender o conceito de variedade linguística, a partir das teorias mobilizadas no estudo; pesquisar a percepção dos professores sobre o preconceito linguístico e sua relação com os teóricos mobilizados; entender como a proposta pedagógica do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida orienta as atividades que envolvam variedades linguísticas; identificar, sob o olhar dos professores(as), se ocorrem variações linguísticas no contexto da sala de aula do 6º ano e como se é trabalhada em suas práticas pedagógicas.

Para respaldar o trabalho, optamos por alguns teóricos que se debruçam sobre a temática em tela para melhor compreender os desafios e questões que atravessam, dentre eles, destacamos: Marcos Bagno (1999, 2002, 2004, 2007, 2009, 2012), Paulo Freire (1987, 2001, 2005, 2006), Dermeval Saviani (2001), Dino Preti (2003), Bortoni-Ricardo (2005), Emília Ferreiro (2000,2011) e Piaget (1970).

Contribuindo para o reconhecimento de que as variedades linguísticas faladas por sujeitos diversos, faz parte da diversidade linguística existente no país, Marcos Bagno (1999), corrobora, com a pesquisa trazendo que:

O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não-padrão (Bagno, 1999, p. 18-19).

O autor nos leva a compreender porque entender o fenômeno da variação linguística é tão importante e orienta para a necessidade de trabalhar com a gramática de forma cuidadosa, dentro de uma didática que dialogue com a realidade do estudante. Existe uma necessidade de se conhecer a diversidade linguística para que a Língua Portuguesa (LP) não se torne estrangeira diante de estudantes que não falam a norma padrão. É imprescindível a criação de novas estratégias pedagógicas, onde essa dicotomia, língua padrão culta e língua estigmatizada, não atrapalhe o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Pensando, além de julgamentos, se a linguagem falada é de “prestígio” ou “estigmatizada”, a proposta do professor é contribuir para a formação de indivíduos de forma universalizada. Paulo Freire (2005), em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, colabora, orientando a importância da troca de saberes entre docentes e discentes, enfatizando que o professor não é o detentor do conhecimento, como afirma “quem ensina também aprende” e vice-versa (Paulo Freire, 2005). Para tanto, entender a realidade de fala de cada aluno, é também um momento de aprendizagem e aprimoramento das práticas pedagógicas, não abandonando o papel de professor orientador, mas conhecer que cada estudante tem suas origens e culturas diferenciadas.

Imersa no conto “Nóis Mudemo”, de Fidêncio Bogo (1999) e, por ser filha de lavradores falantes de variedades linguísticas estigmatizadas, busco, através desta pesquisa, averiguar sobre qual perspectiva os professores têm trabalhado suas práticas pedagógicas nos casos de alunos falantes de variedades linguísticas dentro da sala de aula, buscando subterfúgios para evitar práticas de preconceito linguístico no ato de ensinar.

Metodologicamente, esta pesquisa se pauta na abordagem qualitativa, com viés na pesquisa de campo, tendo como *locus* o Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida uma instituição municipal de ensino fundamental anos finais, na cidade de Mutuípe-Bahia e, como instrumento de produção de dados, optamos pela entrevista semiestruturada, desenvolvida com duas professoras da turma do 6º ano, da referida instituição.

Este trabalho de conclusão de curso, está estruturado em cinco (5) capítulos, sendo que neste primeiro introdutório, vem sendo contemplado o desenrolar da pesquisa com a problemática, objetivos, motivações e todos os caminhos a serem percorridos no estudo. Os demais capítulos seguirão na tentativa de mostrar para os leitores sobre o quanto é importante conhecermos as várias faces da linguagem.

Desse modo, no segundo capítulo, intitulado “O preconceito linguístico em discussão, o que é? Como se dá? Quais os contextos e suas consequências?”, será exibido do que se trata o preconceito linguístico, como ele acomete as pessoas e quem são esses sujeitos expostos a esse tipo de discriminação, bem como em quais situações eles vivem e como isso reflete em suas vidas. Esse é um capítulo de

conhecimento da temática abordada no trabalho de pesquisa, onde são mobilizados pesquisadores que já estudam a respeito da temática aqui apresentada.

No terceiro capítulo, de título “Caminhos metodológicos da pesquisa”, são discutidas questões primordiais para o desenvolvimento de um trabalho monográfico, como a ética, o respeito, a confidencialidade e a cordialidade; parâmetros que não podem faltar dentro de um trabalho de pesquisa. Diante disso, conhecer as opções metodológicas trilhadas, os sujeitos e o espaço, destacando características de onde a pesquisa é desenvolvida é uma forma de mostrar veracidade ou aproximação dos fatos pesquisados.

Intitulado como “O preconceito linguístico no 6º ano do ensino fundamental: o que as professoras percebem?”, o quarto capítulo se dedica a análise das entrevistas que foram realizadas com duas professoras que lecionam em turmas do 6º ano fundamental, buscando entender como é percebida pelas professoras essa problemática dentro da sala de aula, principalmente quando se trata de alunos oriundos do campo, justamente nesse momento de transição escola do campo para escola urbana.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, pensando em como as propostas pedagógicas têm se preocupado com as intervenções a respeito das variedades linguísticas que ocorrem em sala de aula, assim como sobre a maneira que os professores lidam com essas questões de forma pedagógica.

II. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM DISCUSSÃO: O QUE É? COMO SE DÁ? QUAIS OS CONTEXTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS?

Este capítulo debruça-se em traçar uma discussão sobre o preconceito linguístico nos seus conceitos, contextos e consequências. Nele, são contemplados três tópicos, que juntos, conseguem melhor produzir uma reflexão sobre as diversas abordagens que atravessam o tema em pauta: 1) focaliza seus apontamentos sobre o conceito; 2) propõe-se em compreender os contextos em que estes estão presentes; 3) dedica-se a identificar as consequências do preconceito linguístico na vida das pessoas. Todas as reflexões, discussões, problematizações e apontamentos aqui contemplados, contribuem para maior aprofundamento da temática, a fim de que possam servir de aporte para respaldar as análises dos dados obtidos no campo empírico.

2.1 O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO? CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITO

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que se baseia na variedade linguística falada por uma pessoa ou grupo, em oposição a uma norma considerada socialmente mais prestigiada, segundo Bagno (1999). Esse conceito envolve a desvalorização, estigmatização e marginalização de determinadas formas de falar, enquanto promove a superioridade de outras.

A cultura de um povo tem total influência na língua, porque as pessoas falam de acordo com o que vivem. Diante disso, a linguagem utilizada por eles é construída como uma identidade e carregada por gerações. Conforme explica alguns estudiosos linguísticos, a língua portuguesa é falada em 8 países, sendo que chega a aproximadamente duzentos milhões de falantes, além de já ter sido uma língua

originada do latim vulgar, trazida por colonos romanos no século III a.C. para tanto, questiona-se: como essa língua não vai sofrer variações?

Segundo Saviani (2001), a maneira como professores (as) maneja com as variedades linguísticas dentro da sala de aula, acaba influenciando diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Se os professores adotam uma postura corretiva e punitiva em relação às variações linguísticas, isso pode criar um ambiente desmotivador, afetando negativamente sua autoestima e interesse pela aprendizagem. Desse modo, Saviani (2001) aponta que:

as variações são concebidas, pelo professor em geral, como “erros”. e a atuação desse professor, ou seja, a forma como ele procede diante de “erros”, a que ele atribui como causas a esses, como os explica e como didaticamente tenta resolvê-los parece não atender linguisticamente e pedagogicamente às necessidades dos alunos, nem corresponde ao que os estudos nessa área preconizam como o mais indicado (Saviani, 2001, p. 155- 156).

Para tanto, o respeito com a língua falada pelo aluno, seja ela “estigmatizada” ou “de prestígio” é um fazer necessário, aparentando até uma “aversão às aulas de língua portuguesa”, como cita Bagno (1999), mas não é. Ter a liberdade de falar do modo que convém a naturalidade de cada um, é uma particularidade. E apoiando se na igualdade de direitos, onde a liberdade em expressar-se, deve-lhes ser assegurado dentro das escolas, onde cada um sente-se à vontade para expor suas ideias, de modo que se sinta pertencente aos seus espaços de origem. É de suma importância para o estudante que o (a) professor (a) demonstre respeito e compreensão ao seu dialeto, pois ignorar o modo de fala do outro, se inclinando apenas para um modo padrão da língua (a norma culta), é desconsiderar a existência da gama de variações linguísticas existentes num país como o Brasil. E, para aqueles que estão em uma sala de aula, buscando uma aprendizagem, sentir-se ignorado(a), quando faz uma intervenção na aula, é extremamente constrangedor. Isso pode acarretar em muitas interpretações por parte dos alunos, gerando consequências danosas, que poderão levá-los desde a desmotivação aos estudos, até mesmo a evasão da escola.

Por isso, a formação continuada, visando a atualização dos professores e adequação aos PCNs, é de fundamental importância nesse processo do educador aprender a lidar com o fenômeno da variação linguística. Inclusive, nos PCNs de

Língua Portuguesa, desde 1997 vem sendo discutida a questão do trabalho sobre variação linguística dentro das escolas.

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais, identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há alguns preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: É muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (Brasil, 1997, p. 26).

Portanto, há mais de duas décadas, políticas educacionais vêm sendo discutidas, buscando mostrar para os docentes e para a sociedade que não existe apenas um jeito de falar; que a "língua não é uma", ela é plural. Precisa-se compreender que a variação linguística é uma realidade que diz muito sobre os sujeitos em seus aspectos sociais, regionais, culturais e econômicos.

Nesse sentido, a intervenção dos professores no processo de aprendizagem dos alunos, segundo Preti (2003), não é para julgá-los a respeito do domínio de uma língua a ser seguida, de "prestígio" ou "estigmatizada", mas, a responsabilidade do professor é levar conhecimento dentro da peculiaridade de cada educando, considerando as diferenças históricas e regionais de cada um.

Marcos Bagno (1999) corrobora dizendo que, se formos acreditar no mito da língua única (identificada com a norma-padrão tradicional), existem milhões de pessoas que não têm acesso a essa "língua", que é a empregada pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder e que, para tanto, já houve pronunciamentos de presidenciáveis, por exemplo, que em sua fala, usou uma linguagem tão rebuscada que se depois formos perguntá-lo o que ele falou, nem ele mesmo vai saber explicar. Isso é ser falante de uma língua que nem todo mundo tem acesso e nem domínio.

Num estudo sobre problema de "comunicação interdialeto", divulgado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), a autora afirma que:

A ideia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece, contudo, ser mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de consequências danosas, pois, na medida em que não se reconhece os problemas de comunicação entre falantes de variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los (Bortoni-Ricardo *apud* Bagno, 2002, p.18).

Diante do exposto, percebe-se que as pesquisas têm crescido na busca de trabalhos voltados para a valorização dos falantes de variedades linguísticas e quem vem tentando mostrar o quanto é importante ouvir para entender as pessoas, dentro de seus contextos históricos e sociais, bem como as suas individualidades de fala. Isso surge a partir da determinação de uma obrigatoriedade de falar uma língua “padrão culta”, que é mais um padrão normatizador da sociedade de prestígio, ditadora de regras e demarcadora de territórios, no que tange determinar onde cabe cada sujeito dentro da sociedade, inclusive por seus modos de falar.

Bortoni-Ricardo (2004) destaca ainda a importância de reconhecer os sujeitos dentro de seus contextos e explica que fazer um trabalho, dentro da sala de aula, embasado apenas na gramática normativa, sem considerar as variedades linguísticas existentes, não irá tornar um “falante de variação linguística, falante da norma padrão culta”. As construções linguísticas são elaboradas no decorrer do tempo pelos sujeitos e vão se aperfeiçoando ao longo da vida. Assim, Bagno (1999) coopera, ressaltando, “é preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento da variação linguística” e ele continua afirmando que “o domínio da norma culta, não é uma fórmula mágica”. Destarte, é possível afirmar que nós, brasileiros e brasileiras, precisamos mesmo é de acesso a uma educação de qualidade, bens culturais, saúde, segurança, sobretudo bens que garantam seguridade de uma vida digna.

Portanto, a transformação linguística vem acompanhada de vários fatores que complementam os sujeitos enquanto cidadãos. Bagno (2007) diz ainda que “o preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários” (Bagno, 2007, p. 40), demonstrando, de forma bem delineada, em que se baseia o preconceito linguístico vivenciado por falantes de variações linguísticas e como esses sujeitos são vistos dentro da sociedade que enxergam apenas a gramática normativa como instrumento norteador da língua.

A ideia de que a língua "digna" é aquela ensinada nas escolas, seguindo a norma padrão culta, revela uma visão elitista e normativa, que privilegia apenas uma variedade linguística em detrimento das demais. Isso exclui e marginaliza os falantes

que não se encaixam nesse padrão linguístico, reforçando, assim, as desigualdades sociais e culturais. O preconceito linguístico também é alimentado pela concepção de que as gramáticas e os dicionários são as autoridades máximas, no que diz respeito à língua. É fundamental desconstruir a ideia de uma única forma "correta" da língua e reconhecer a legitimidade de todas as variedades. Para isso, é preciso uma abordagem mais inclusiva e pluralista no ensino, que valorize e respeite a diversidade linguística dos falantes. Ainda corroborando com Bagno (2006), ele contribui dizendo que:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida à confusão que foi criada, no curso de história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma Culta." Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo resto da língua – afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia gerada pelo preconceito linguístico (Bagno, 2006, p.9-10).

Considerando o fato de que a sociedade brasileira é diversificada e estratificada, justifica-se porque há tamanho julgamento com as pessoas falantes de variações. A partir dessas características, percebe-se que há, de fato, uma enorme necessidade de se desmistificar esses conceitos unilaterais sobre a língua, afinal, tantos conceitos técnicos para classificar grupos sociais e a estratificação, só facilitam a propagação de estereótipos.

Dentro das escolas, existem vários "Lúcios", como o personagem do conto de Fidêncio Bogo, que sofre retaliações, chacotas e são alvos de discriminação linguística a cada pronúncia, todos os dias de sua vida. A intervenção dos professores, diante dessa situação, ainda é muito tímida. De acordo com (Bagno, 2012, p. 36), percebe-se que as pessoas que sofrem com o preconceito linguístico, "são aquelas das classes menos favorecidas, as que ocupam comunidades rurais tradicionais, comunidades rurais com determinada ascendência étnica, populações das periferias

urbanas, classe média urbana, dentre outros”. O autor supracitado, nos remete a uma estratificação dos sujeitos com uma possível exposição ao preconceito linguístico, justamente pela dificuldade ao acesso aos bens e serviços sociais e econômicos. A não identificação das variedades linguísticas nas escolas e não dar a devida importância em buscar o respeito a esse direito de fala, é desconhecer a diversidade de sujeitos. A escola precisa estar preparada para a diversidade linguística, pois, conforme explica o autor Marcos Bagno (2012):

Há na designação norma culta um emaranhado de pressuposto nem sempre discerníveis. O qualitativo “culto”, por exemplo, tomando do sentido absoluto pode sugerir que essa norma se opõe as normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura (Bagno, 2012, p.37).

Diante desse contexto, entendemos que focar apenas na norma padrão culta da língua, é negar direitos aos educandos que precisam ser vistos em suas diversidades. Não existe só uma forma de falar, por isso, a ideia de uma língua padrão culta, necessita ser desmistificada. É necessário ter certo entendimento do que é “língua, linguagem e fala” e, para esclarecer sobre essa tríade, Ferdinand Saussure (1988), enfatiza que, “[...] a língua, é um sistema organizado em um encadeamento de signos e significados linguísticos, responsáveis por expressar ideias” (Saussure, 1988, p. 25).

Enquanto a linguagem é um processo construído pelo homem, no cotidiano com as interferências de suas vivências e sem preocupação com normas, a fala é a exposição da linguagem. O sujeito nasce, desenvolve suas faculdades cognitivas, começa sua construção do repertório linguístico, a partir dos signos e significados, dando origem a linguagem e, conseqüentemente, a verbalizar oralmente, que é a fala. O modo de falar das pessoas sofre total influência do lugar de origem, por mais que se estude, frequente novos espaços, os traços das raízes afetivas dos sujeitos estarão gravados em suas memórias e elas sempre irão existir.

Paulo Freire (2005), em suas contribuições para a pedagogia crítica, considera que o preconceito linguístico é uma manifestação da opressão cultural, que só aumenta as formas de dominação e ainda contribui para a perpetuação das desigualdades sociais. Para Freire (2005, p. 30), o professor “precisa agregar ao

conhecimento da sala de aula, e a aprendizagem dos alunos, as vivências de seu dia a dia”, pois, são essas experiências que estão gravadas em suas memórias, fazendo parte de suas construções diárias.

A escola, por ser um espaço de formação, que deve ofertar o conhecimento de forma integralizada, sem desprezar nenhum tipo de indivíduo por desconhecer suas particularidades linguísticas, já que em casa o aluno tem as suas experiências com a fala de modo informal com seus familiares, não vai chegar na escola dominando a língua dita enquanto padrão/culta. Cabe ao professor, de forma afetuosa, ir mostrando como a sociedade visualiza a fala pautada na gramática normativa, considerando uma entrevista de emprego, uma palestra e, assim por diante. Desse modo, a partir das suas convivências dentro da sociedade, os alunos irão sentir a necessidade de se adequar.

Uma referência interessante a respeito disso, é que nem sempre falamos a todo tempo pautados na norma padrão culta. Nos pegamos falando no cotidiano, frases sem muita preocupação com as concordâncias nominal, verbal e temporal e, assim como o Lúcio falou “nóis mudemo”, nós também falamos “agente vamos” e tá tudo bem! É porque Lúcio era um aluno oriundo de classe social menos favorecida? Qual é a diferença? Será que Lúcio não sabia falar a partir da concordância verbal e temporal ou, além de uma discriminação de fala, há também uma discriminação social? Então, é preciso uma reflexão pertinente, analisando os contextos socioculturais das pessoas antes de qualquer julgamento e cobrança dentro da sala de aula.

A partir das reflexões até aqui levantadas, entende-se que é necessário o surgimento de novas abordagens pedagógicas para evitar a exposição dos alunos que não conseguem falar dentro da norma padrão culta, para que assim, haja redução de atos discriminatórios, que ridicularizam as pessoas das classes menos favorecidas, principalmente aqueles atos que levam ao preconceito linguístico dentro das escolas.

Em suma, o preconceito linguístico é uma forma de discriminação que afeta diversos aspectos da vida das pessoas, desde o ambiente escolar até o mercado de trabalho. Reconhecer que ele existe e procurar estratégias para combatê-lo, requer uma abordagem multidisciplinar e crítica, considerando os contextos sociais, culturais e econômicos que os estudantes estão inseridos.

2.2 EM QUAIS CONTEXTOS ESTÃO PRESENTES OS PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS?

Os preconceitos linguísticos podem estar presentes em uma variedade de contextos sociais e institucionais, afetando diferentes aspectos da vida das pessoas. Com base nas pesquisas e contribuições dos teóricos Marcos Bagno (2007) e Travaglia (2003), é possível entender que preconceito linguístico está presente em diversos contextos, como na educação formal, nos meios de comunicação, no mercado de trabalho e nas interações sociais cotidianas.

No âmbito educacional, essa forma de discriminação pode ser evidenciada nas práticas pedagógicas e nos sistemas avaliativos que valorizam apenas a norma padrão, desconsiderando as variedades linguísticas dos alunos. Travaglia (2003) destaca como as instituições educacionais e alguns professores, muitas vezes promovem a "gramática normativa" como se fosse a única e correta a ser seguida, sendo que na prática é o inverso, "é a língua que é viva e dinâmica" e que, por inúmeras variáveis, sofre variações.

Por exemplo, sotaques regionais ou dialetos podem ser usados para representar personagens como ignorantes ou menos educados, reforçando estigmas associados às variedades linguísticas. A mídia e o mercado dos empreendimentos são pioneiros nessa criação de estereótipos para o homem do campo, o determinando como caipira por não ter domínio de uma linguagem de prestígio.

No ambiente profissional, o preconceito linguístico influencia diretamente nas oportunidades de emprego e promoção de cargos, pois muitas empresas valorizam a fluência na norma padrão em suas políticas de contratação, excluindo assim, candidatos que possuem variação linguística na fala e não fazem uso da língua padrão normativa. Isso contribui para a exclusão das pessoas no mercado de trabalho, além de afetar diretamente de forma negativa na autoimagem e autoestima dessas pessoas.

Quando a língua de determinado grupo é desvalorizada, isso pode dificultar o acesso a informações importantes, como serviços públicos, direitos legais e políticos. Esses são apenas alguns dos contextos em que o preconceito linguístico pode estar presente, influenciando de forma efetiva a vida dos sujeitos falantes de variações.

Bagno (2007) ressalta que “a gramática normativa contém uma linguagem que nem sempre está acessível a todos” e ainda salienta que “a gramática normativa não é a língua”. A gramática apenas traz um modo de prescrever alguns fenômenos visíveis da língua, os quais foram elaborados por uma pequena parcela da sociedade: a elite, que tem como base um fundamento aristocrático, com pensamentos altamente preconceituosos, ignorando que a maior parcela da sociedade, são pessoas falantes de uma língua não-padrão. Assim, Bagno (2007) reafirma:

A norma-padrão não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre o imaginário dos falantes urbanos mais escolarizados (Bagno, 2007, p. 106).

Com esse propósito, é preciso considerar que a língua não é algo estático, pois ela sofre variações, a depender de região, cultura, espaço geográfico, classe social, dentre outros fatores que contribuem e influenciam na formação humana. Dino Preti (2003) cita Jespersen (1947), em seu livro “Sociolinguística: os vários níveis de fala”, enfatizando as inúmeras variáveis que influenciam na linguagem de um povo:

A fala do indivíduo, considerado isoladamente dentro do grupo não é sempre a mesma. "Seu tom na conversação e, com ele, a escolha de palavras muda segundo a camada social em que se encontra no momento. A isto se acredita que a linguagem toma diferente colorido segundo o tema da conversação: há um estilo para declaração de amor, outro para a declaração oficial, outro para negativa ou reprimida (Jespersen, 1947, p.181 *apud* Preti, 2003, p. 20).

Com essa finalidade, o autor colabora, esclarecendo que a maneira como uma pessoa fala, varia dependendo do contexto social e do tema da conversa. Isso explica que a abordagem feita pelo professor na sala de aula, precisa ser sutil e reflexiva, pois no momento oportuno, o estudante falante de variedades linguísticas, vai saber recorrer a seus conhecimentos sobre a norma padrão culta. As pessoas podem ajustar sua fala de acordo com o ambiente em que se encontram ou com quem estão interagindo, mostrando que a linguagem é flexível e se adapta a diferentes situações.

Conforme Preti (2003) e Bagno (1999), quanto as variantes da língua, pode-se explicar suas diferenças a partir de algumas influências como: as variedades geográficas ou diatópicas e as variedades diastráticas; as variações diatópicas, referem-se às diferenças linguísticas que ocorrem devido à localização geográfica dos falantes. Isso é, trata-se da variação da língua que ocorre de região para região, manifestando-se em diferenças de vocabulário, pronúncia, gramática e estilo de fala. Um dos exemplos mais comuns de variação diatópica é o uso de diferentes regionalismos ou dialetos, ou seja, em um mesmo país ou mesmo dentro de uma única região linguística, é possível encontrar uma diversidade de termos e expressões que são exclusivas de determinadas áreas geográficas. Por exemplo, o português falado no Brasil, apresenta variações significativas de uma região para outra, com diferenças no vocabulário, na pronúncia e até mesmo na gramática. Expressões como "balaio" (utilizado em algumas regiões para se referir a uma cesta) e "peão" (utilizado em algumas regiões para se referir a um trabalhador rural), são exemplos de regionalismos presentes no Brasil.

Enquanto que na variação diastrática, também conhecida como variação social da linguagem, existem diferenças linguísticas que ocorrem devido a fatores sociais, como classe social, idade, gênero, etnia, educação, profissão, entre outros. Essas variações podem ser observadas tanto no vocabulário utilizado, quanto na pronúncia, na gramática e no estilo de fala de um indivíduo. Um dos principais aspectos da linguagem diastrática é a sua relação com a estratificação social. Por exemplo, pessoas de diferentes classes sociais podem empregar vocabulários distintos para se referirem aos mesmos conceitos ou objetos, da mesma forma, a maneira de falar pode variar significativamente entre grupos sociais, com diferenças na entonação, no ritmo e até mesmo no uso de gírias e expressões coloquiais.

Desse modo, estudos sobre variação diastrática são fundamentais para entendermos como a linguagem reflete e perpetua as estruturas sociais e culturais de uma sociedade. Bem como, as pesquisas sobre variação diatópica, nos ajudam a compreender como a língua se adapta e se transforma ao longo do tempo e do espaço.

Diante do exposto, podemos entender que "não existe homogeneidade linguística", como enfatiza Bortoni-Ricardo (2005). O autor Dino Preti (2003, p.27),

colabora com o tema, enfatizando que, “o ambiente em que o falante vive, é condição fundamental para aquisição dos novos e progressivos hábitos linguísticos, independente do grau de escolaridade”. A partir dessa problematização, fica explícito que a unidade linguística é mais um dos muitos mitos embutidos na construção linguística do Brasil.

2.3 QUAIS CONSEQUÊNCIAS O PRECONCEITO LINGUÍSTICO PODE ABARCAR NA VIDA DAS PESSOAS?

O preconceito linguístico, conforme abordado por Marcos Bagno (1999), em sua obra "Preconceito Linguístico: o que é, como se faz", pode ter diversas consequências negativas na vida das pessoas. Bagno (1999) discute como este tipo de preconceito está enraizado na sociedade e como ele afeta, principalmente, aqueles que falam variedades linguísticas consideradas não padrão da norma culta. Algumas consequências que o preconceito linguístico pode acarretar, com base nas ideias de Marcos Bagno (1999), referem-se a exclusão social – indivíduos que falam variedades linguísticas não padrão sofrem discriminação ou são marginalizados socialmente. Essas exposições, afetam diretamente as oportunidades para adaptação dentro das escolas, emprego e participação na vida social, de modo geral. Uma outra consequência é a baixa autoestima, pois o estigma associado à linguagem não padrão culta, leva pessoas a se sentirem envergonhadas (os) e, até mesmo, se considerarem inadequadas (os) por sua forma de falar, o que resulta em desmotivação e falta de confiança em si mesmas (os).

Além das consequências já mencionadas, o preconceito linguístico pode acarretar em desigualdade educacional, que se manifesta no sistema educacional, como foi o caso do personagem Lúcio, do conto de Fidêncio Bogo, onde a fala, fora do que determina a norma padrão culta, trouxe a desvalorização do aluno, o expondo a várias situações inadequadas dentro da escola. Isso favorece a uma educação de baixa qualidade para os alunos que falam variação linguística, contribuindo, desse modo, para a reprodução de desigualdades sociais e perpetuação de estereótipos.

Contudo, surgem as limitações de oportunidades em que os indivíduos que enfrentam preconceito linguístico, encontram dificuldades em áreas de emprego,

acesso à educação superior e progressão na carreira. Com isso, suas vidas são afetadas e limitadas, fazendo interferências em suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Além dessas consequências mencionadas, os estudantes deparam-se com a desvalorização cultural, que está ligada à desvalorização de suas raízes, o que acarreta em perdas de identidade cultural, bem como ao enfraquecimento das tradições e valores de suas comunidades.

Bagno (1999) corrobora com essas questões, trazendo que “rejeitar a língua é rejeitar a própria pessoa e a comunidade de que ela faz parte”. Diante disso, respeitar o aluno falante de variedades linguísticas dentro da sala de aula, é promover uma educação inclusiva, que respeita a todos sem acepção e garantir o desenvolvimento educacional sem prejuízos.

O preconceito linguístico pode ter um impacto profundo e duradouro na vida das pessoas falantes de variações linguísticas estigmatizadas, resultando em uma série de consequências negativas que afetam oportunidades, identidade e relações sociais. Portanto, a prática do preconceito linguístico leva os estudantes a inúmeras consequências danosas, o que cria profundas ramificações na vida das pessoas, influenciando não apenas em sua comunicação e interação social, mas também suas oportunidades de acessarem os seus direitos básicos. Essas consequências refletem em maior desigualdade e injustiças sociais, que precisam ser abordadas de forma mais afinca dentro das escolas, para que assim, se promova uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2.4 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E SALA DE AULA

Neste tópico, será abordado o papel da escola em situação de preconceito linguístico e nele, discutiremos a importância da intervenção pedagógica, pensando em como o espaço escolar pode valorizar as variedades linguísticas dentro da sala de aula, a partir da disseminação da importância das normas linguísticas prescritivas para promover uma abordagem linguística mais inclusiva e democrática, mostrando o quanto a escola precisa promover oportunidades para os alunos explorarem e valorizarem seu modo de falar dentro da sala de aula.

2.4.1 O papel da escola em situação de preconceito linguístico

A escola tem um papel de grande importância em situações de preconceito linguístico, podendo ser até crucial, pois é nesse ambiente que, muitas vezes, ocorrem a reprodução e a perpetuação de estereótipos linguísticos, algo que veremos mais adiante e que precisa ser banido dos espaços formativos, principalmente do espaço escolar.

A autora Emília Ferreiro (2000), destaca a importância da escola como um espaço de promoção da diversidade linguística e cultural. Ela enfatiza a necessidade de os educadores reconhecerem e valorizarem as diferentes formas de expressão linguística dos alunos, combatendo, assim, o preconceito linguístico dentro desses espaços. Ferreiro (2000) afirma que, “nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (Ferreiro, 2000, p.31). A escola deve promover a conscientização sobre a diversidade linguística e oferecer oportunidades para os alunos desenvolverem suas habilidades comunicativas, pois, desse modo, o ambiente escolar cumpre o papel de educador, colaborando para o reconhecimento das diversidades.

Do mesmo modo, a autora Bortoni-Ricardo (2005, p.13 e seg.) analisa o papel da escola na reprodução do preconceito linguístico e destaca a necessidade de uma abordagem pedagógica que promova a inclusão e o respeito ao diferente. Ela argumenta que a escola deve reconhecer e valorizar as variedades linguísticas dos alunos, proporcionando um ambiente linguístico inclusivo e respeitoso, salientando que “[...] no Brasil, as diferenças linguísticas socialmente condicionadas não são levadas em conta” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 14). A autora supracitada, defende ainda que é fundamental a implementação de políticas educacionais que reconheçam a diversidade linguística presente na escola e que ofereçam suporte para o desenvolvimento linguístico de todos os alunos.

A escola é responsável em promover a aprendizagem do aluno de forma bi dialetal, ou seja, em que os mesmos precisam estar conscientes que existem outras maneiras de dizer a mesma coisa, entendendo que, mesmo a escola tendo a obrigatoriedade de aplicar um ensino sistemático, exercendo sua função “político

social” (Freitag; Silva, 2015), quem estar à frente desse ensino, precisa entender que GN não é a língua. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) normatiza o ensino, orientando para um currículo voltado em “promover uma educação voltada para o acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno dos sujeitos, respeitando as suas singularidades e diversidades” (Brasil, 2017, p.14).

Assim, podemos concluir que a escola desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na desconstrução do preconceito linguístico. Para tanto, é essencial que os educadores reconheçam, valorizem e respeitem as diferentes formas de expressão linguística dos alunos, oferecendo um ambiente linguístico inclusivo que promova e conscientize sobre a diversidade linguística e cultural.

2.4.2 A função da escola no ensino da língua falada

A importância da escola no ensino da língua falada, é mostrar para os estudantes sobre o quanto é importante e potente a autovalorização cultural, orientando-os para as variedades linguísticas existentes no país. Salientando sobre a necessidade de conhecer variedades linguísticas, variantes linguísticas e vícios linguísticos; e, que é a partir desse conhecimento, que eles irão perceber o quanto é valioso e libertador se empoderar de suas culturas, em especial a cultura linguística, pois é uma herança que se carrega, atravessando gerações.

Existem diretrizes que regulamentam a diversidade linguística dentro das instituições de ensino, como por exemplo, a BNCC (2017) que orienta os professores a mostrarem para os estudantes as variadas maneiras de se falar/comunicar a mesma coisa, seguindo ou não as normas gramaticais. A escola deve apresentar para os estudantes as variantes existentes dentro da língua portuguesa e as variedades linguísticas constituídas a partir do conhecimento de cada sujeito. Orientando-os sempre para se atentarem aos julgamentos da sociedade, que nem sempre vai analisar a linguagem utilizada por eles levando em consideração o contexto e vivências de cada sujeito. Por isso, enquanto professor (a)/orientador (a), é importante trazer para a sala de aula o ensinamento de que existem sim várias maneiras de falar e que cabe, a cada um de nós, respeitar a diversidade linguística existente.

Ao compreender que a fala é uma ferramenta fundamental para a comunicação e a interação social, reconhecer que existe mais de uma forma de falar e ter a sensibilidade de mostrar isso dentro da sala de aula é uma obrigatoriedade dos professores (as). Bortoni-Ricardo (2005, p.15) argumenta que “os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido”, “ele drome” e outras variações, tem que ser respeitadas e ver valorizadas suas peculiaridades linguístico-cultural”. Além de focar na norma padrão da língua, as salas de aula devem reconhecer e valorizar as variedades linguísticas dos alunos, proporcionando oportunidades para desenvolverem habilidades comunicativas em diferentes contextos e situações. Preti (2003) enfatiza a necessidade de uma abordagem pedagógica que promova a diversidade linguística e cultural, preparando os alunos para uma participação ativa na sociedade.

Marcos Bagno (1999) ressalta a importância da escola no ensino da língua falada como uma prática social viva e dinâmica. Ele argumenta que a escola não deve apenas transmitir regras gramaticais e normas linguísticas, mas também proporcionar oportunidades para os alunos explorarem e experimentarem a linguagem em diferentes contextos e usos. O mesmo autor defende uma abordagem comunicativa e interativa no ensino da língua falada, que leve em consideração as práticas linguísticas dos alunos e promova uma compreensão mais ampla e crítica da linguagem. Diante do debate, cabe a escola buscar por caminhos metodológicos que facilitem a aprendizagem dos sujeitos, de maneira que garanta a eles o direito de estudar num espaço que valoriza a língua dos alunos, sem acarear nenhuma perda na aprendizagem, nem na interação na vida acadêmica.

Travaglia (2003) também contribui sobre a importância da escola no ensino da língua falada como parte integrante do processo de alfabetização e letramento. Ele argumenta que o desenvolvimento da competência comunicativa oral, é essencial para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, salientando a necessidade de uma abordagem integrada no ensino da língua falada, que considere a interrelação entre oralidade, leitura e escrita, proporcionando, assim, uma base sólida para o desenvolvimento da competência linguística dos estudantes.

Desse modo, a colaboração da escola no processo do ensino-aprendizagem merece um cuidado mais afetuoso, que não crie margem para a desvalorização da língua falada por seus estudantes.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel crucial na promoção da diversidade linguística e no combate ao preconceito linguístico. Em primeiro lugar, os educadores precisam reconhecer e valorizar a pluralidade de formas de comunicação presentes na sociedade, respeitando e legitimando as diferentes variedades linguísticas dos alunos. As autoras Freitag e Silva (2015) colaboram na pesquisa, apontando que não existe apenas o método da GN para ensinar na escola, pode-se trabalhar de forma conjunta gramática normativa e gramática descritiva. Para elas:

é preciso levar em conta que outros tipos de gramática existem, além da normativa, e podem ser trabalhadas de maneira combinada. Dentro da proposta sociolinguística, a gramática descritiva seria a mais coerente, pois ela se preocupa em descrever as variedades e nuances que a língua apresenta sem, no entanto, nomear o que é certo ou errado e sim mostrar que tais variedades existem e convivem numa mesma comunidade linguística com o mesmo propósito e finalidade comunicativos” (Freitag; Silva, 2015, p.158).

Além disso, é importante que a escola adote práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as diversas realidades linguísticas dos estudantes em suas estratégias de ensino. Isso implica em proporcionar oportunidades para que os alunos se expressem em suas variedades linguísticas, sem julgamentos ou estigmatizações.

Portanto, para os pesquisadores linguistas que colaboram com a pesquisa, convergem na ideia de que a escola desempenha um papel fundamental no ensino da língua falada, proporcionando oportunidades para os estudantes desenvolverem habilidades comunicativas, explorarem a diversidade linguística e cultural, bem como construir uma compreensão mais ampla e crítica da linguagem. Essa abordagem integrada e contextualizada no ensino da língua falada, contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e sua participação de forma autônoma na sociedade.

III - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo se debruça sobre os caminhos metodológicos, contemplando três tópicos: 1. abordagem metodológica, 2. caracterização do campo e dos sujeitos e 3. procedimentos de produção e análise dos dados. Todos estes tópicos se propõem a apresentar, de forma fundamentada e detalhada, os passos percorridos para a realização da pesquisa, a qual tem como *locus* uma escola pública e semi-militarizada municipal de Mutuípe-BA, dos anos finais do ensino fundamental e, como colaboradores, duas professoras do 6º ano do ensino fundamental. Optou-se por uma investigação de cunho qualitativo e de campo, tendo como dispositivo de produção de dados, a entrevista semiestruturada, conforme pode ser verificado nos apontamentos a seguir.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

A escolha da pesquisa qualitativa e de campo, foi feita por identificar que o assunto abordado na pesquisa “A variedade linguística nas práticas pedagógicas”, exige a aplicação de uma metodologia que seja reconhecida por utilizar ferramentas que, por sua valorosidade, venha compreender fenômenos complexos, que precisam ser entendidos através de uma análise contextualizada dentro da sala de aula. Por isso, apoiamos-nos nas contribuições de Gil (2007), Minayo (2009), Deslandes; Gomes (1993) e Lakatos; Marconi (1991) para embasar essa escolha.

Segundo Gil (2007), a pesquisa qualitativa é indicada quando se pretende investigar aspectos subjetivos de um fenômeno, buscando compreender significados, crenças e valores presentes nas experiências dos sujeitos. Diante disso, a decisão de investigar educandos no processo de transição das escolas do campo do 5º ano, para escolas urbanas, 6º ano, foi uma forma de observar como acontece a adaptação desses sujeitos oriundos do campo, falantes de variações linguísticas, para a nova realidade, que é enfrentar nova forma de falar dentro do espaço escolar da zona urbana. Como no caso da investigação, essa abordagem pode permitir uma análise mais detalhada das percepções, atitudes e experiências dos indivíduos em relação à

linguagem, possibilitando uma compreensão mais rica e contextualizada sobre o fenômeno linguístico. Por isso, a busca por entrevistar professores atuantes no 6º ano, para verificação de como acontece essa transição linguística na vida dos alunos e quais dificuldades encontradas por eles para lidarem com essa diferença linguística, além de quais metodologias são utilizadas para ofertar um ensino de qualidade a esses alunos, sem que haja prejuízo no processo ensino/ aprendizagem?

Desse modo, Minayo (2009), colabora ressaltando, que a pesquisa qualitativa é especialmente útil para explorar realidades sociais complexas e dinâmicas, como no caso deste estudo, que acaba tendo o preconceito linguístico como um resultado e isso está enraizado nos sujeitos, precisando ser contextualizada dentro de todos os aspectos desde culturais, históricos e sociais. Nesse sentido, conforme destaca Minayo (2009) a pesquisa pode ser compreendida enquanto:

[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (Minayo, 2009, p. 17).

Para tanto, Minayo (2009) ressalta, a importância da pesquisa como uma atividade fundamental na construção do conhecimento científico e na compreensão da realidade. A pesquisa não é apenas uma prática teórica, mas sim uma atividade que está intrinsecamente ligada ao pensamento e à ação. Ele destaca ainda a importância da atenção aos critérios de rigor e credibilidade da pesquisa qualitativa. Levando em conta também as considerações éticas, Deslandes; Gomes (1993) colaboram, enfatizando que é de fundamental importância abordar que é, através da pesquisa qualitativa, que se mantém princípios, respeitando à autonomia, beneficência, não maleficência e justiça dentro da pesquisa. Isso inclui, obter o consentimento informado dos participantes, garantindo a confidencialidade dos dados e minimizando qualquer potencial, dano ou desconforto decorrente da participação na pesquisa.

Corroborando com a abordagem qualitativa, esta também se constitui como uma pesquisa de campo por ser um tipo de investigação que conforme evidenciam

Lakatos e Marconi (1991), é particularmente adequada quando se deseja obter dados diretamente do ambiente em que ocorrem os fenômenos investigados. No caso da temática abordada, de tema “A variedade linguística nas práticas pedagógicas”, a pesquisa de campo permite uma imersão mais profunda nos contextos sociais, educacionais e culturais em que ocorrem as interações linguísticas, possibilitando uma análise mais contextualizada e holística do fenômeno.

3.2 DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Ao desenvolver essa pesquisa, optamos por utilizar a entrevista semiestruturada como a fonte de produção e obtenção de dados, por compreender que é um método que se constitui como uma espécie de dispositivo auxiliar na investigação e coleta de dados. Assim, escolhemos a entrevista semiestruturada como modelo para o desenvolvimento dessa etapa do estudo, entendendo também que esse formato poderia nos possibilitar um olhar direcionado para os objetivos específicos da pesquisa. O *lôcus* de estudo é uma escola pública e semi- militarizada municipal de Mutuípe-BA, dos anos finais do ensino fundamental e, como colaboradoras, duas professoras do 6º ano do ensino fundamental, que se mostraram bastante prestativas e interessadas em participar, o que facilitou o seu desenvolvimento.

Para Gil (2007) e Lakatos; Marconi (1991), esse dispositivo atende às características da pesquisa qualitativa e de campo, uma vez que terá como *lôcus* da pesquisa, uma escola semi- militarizada e municipalizada do município de Mutuípe-Bahia. E, como foco de estudo, a percepção de professoras do 6º ano do ensino fundamental, para discutir o preconceito linguístico dentro da sala de aula.

Com as entrevistadas, foi possível investigar aspectos subjetivos do fenômeno da variação linguística, buscando compreender as subjetividades presentes nas experiências dos sujeitos, bem como, nos permitiu um entendimento mais profundo nos contextos sociais, educacionais e culturais em que ocorrem as interações linguísticas, possibilitando uma análise mais contextualizada.

Para que as entrevistas pudessem ser realizadas, encontrei um pouco de dificuldade no sentido de conseguir professores que se dispusessem a participar desta

pesquisa. Talvez pelo receio em abordar o tema proposto que é tão sensível para algumas pessoas conversarem sobre, ou talvez por não terem mesmo o interesse em participar. De todo modo, apesar dessa dificuldade, ao apresentar a proposta do que seria a entrevista para as professoras Clarice e Katarina, prontamente, se disponibilizaram a participar e pudemos dar segmento com o trabalho.

Realizamos as entrevistas fora do ambiente escolar, por percebermos que na escola enfrentaríamos bastante barulho, por conta da rotina escolar. Então, por serem entrevistas gravadas (áudios), optamos por fazer em nossas residências. A professora Clarice me recebeu em sua casa, no dia 20 de maio 2024, em um final de tarde, especificamente às 17h01, onde pudemos realizar e gravar a entrevista de forma bastante tranquila, sendo que a gravação teve duração de 9 min 21 s. Foi algo breve, porém, o suficiente para obter as respostas que eram necessárias para o caminhar da pesquisa, diante das perguntas previamente elaboradas.

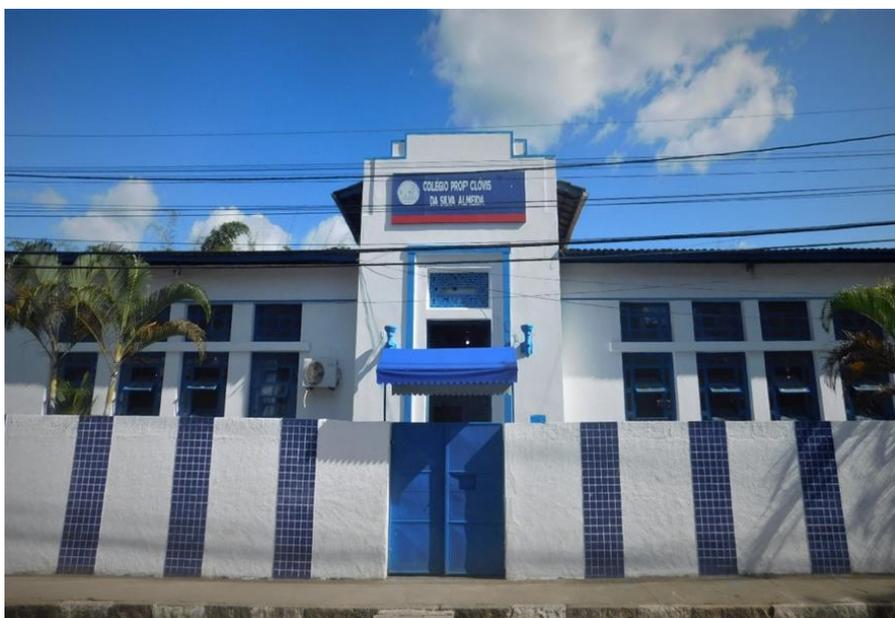
Quanto à professora Katarina, por motivos particulares, ela optou por vir até minha residência para ser entrevistada. Desse modo, gravamos a entrevista via áudio também, assim como a primeira professora e aconteceu no dia 28 de maio de 2024. Não foi tão tranquilo como a primeira professora, pois tenho cachorros em casa e, com a presença de pessoas estranhas, eles se alvoraçam. Mas, mesmo diante das dificuldades encontradas, conseguimos realizar a entrevista que teve duração de 09 min e 08 s. Assim sendo, a colaboração da professora Katarina me possibilitou uma segunda concepção que dialogasse com os objetivos dessa pesquisa, sendo possível adquirir informações fundamentais para a conclusão do estudo com êxito.

Com o consentimento delas, as entrevistas foram gravadas e aconteceram através de um diálogo. Assim, as interlocutoras sentiram-se mais à vontade para falar sobre suas trajetórias e opiniões referentes ao tema da nossa pesquisa. Na análise de dados, foram utilizados codinomes para preservar a identidade das entrevistadas e atender aos princípios éticos presentes no Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido, assinado pelos entrevistados.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O lócus dessa pesquisa, como já citado anteriormente, é o Colégio Modelo semi-militarizado Professor Clóvis da Silva Almeida, situado na praça Bartolomeu Chaves, no centro de Mutuípe-Ba. A escola passou recentemente por mudanças administrativas: antes era um colégio estadual com nome de Escola Estadual Ruy Barbosa, porém, apesar de ter sido municipalizada, continua ofertando o ensino para os anos finais do ensino fundamental, ou seja, atende a alunos do 6º ao 9º ano Ensino Fundamental, mas com formato diferenciado. Trabalha com abordagem de um paradigma conservador com o complemento de ensino disciplinar semi- militarizado, ou seja, a escola possui um formato de direção convencional e também militar. Isso implica que, além das orientações enquanto cidadão cível comum, a escola também direciona para uma disciplina militar, com alguns regimentos internos paralelos ao da escola.

Figura 1 - Fachada e Entrada do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida



Fonte: Foto retirada do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em questão PPP, 2023.

O funcionamento da instituição acontece em dois turnos: matutino e vespertino, sendo que o turno matutino atende, em sua maioria, a alunos advindos do campo (zona rural). É uma escola bastante ampla, com quadra poliesportiva, sala de vídeo,

salas designadas exclusivamente para professores, direção, coordenação e administrativos. Conta também com um grande número de salas para aula, dentre eles, 5 turmas de 6º ano. O corpo docente é formado por 27 profissionais no total, sendo 22 professoras e 5 professores. A quadra poliesportiva é bastante ampla, como pode ser observada na imagem a seguir:

Figura 2 - Quadra poliesportiva do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida



Fonte: Foto retirada do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em questão PPP, 2023.

Essa quadra poliesportiva é utilizada para realização de atividades físicas, treinamento dos movimentos militares (conhecido como ordem unida, que é um momento onde as crianças aprendem a fazer os cumprimentos militares), além dos jogos e brincadeiras que são desenvolvidos também nesse espaço.

A escola promove alguns eventos dentro de suas propostas pedagógicas, onde professores e alunos encontram maneiras de dialogar diferentes conteúdos de forma descontraída, a exemplo: a Gincana Ecológica, um momento de se trabalhar a consciência ecológica nos estudantes, bem como de toda a comunidade escolar. O

Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida mostra, em seu projeto político pedagógico, um engajamento com a educação de forma integralizada, buscando ofertar uma educação de qualidade para os cidadãos mutuípenses que ali estudam. O fato de a instituição oferecer um ensino pautado no regime semi-militar, abrilhanta os olhos dos pais para um colégio com um teor maior de disciplina, isso valoriza a escola e também a procura por vagas.

Os colaboradores da pesquisa foram duas (2) professoras do referido centro, que serão chamados de: Katarina e Clarice. Katarina, que tem 35 anos, é solteira, não tem filhos e trabalha lecionando nessa escola a 5 anos. Começou a trabalhar logo após sua formação em Educação Física; já morou na zona rural, mas atualmente mora na zona urbana de Mutuípe-Ba. Possui licenciatura e bacharelado em Educação Física pela UFRB e tem também especialização em Educação Física Especial. Leciona há 7 anos, sendo que trabalha no Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida desde sua inauguração em 2019. Katarina é uma professora participativa nas demandas da escola, inclusive faz parte da equipe engajada na construção do PPP, bem como de todas as atividades da instituição. É coordenadora dos jogos escolares que a escola organiza e promove um campeonato de futebol entre as escolas do município.

Já Clarice, tem 45 anos, é casada, tem 2 filhos e trabalha lecionando nessa escola a 5 anos. Começou a trabalhar com 24 anos; já morou na zona rural, mas atualmente mora na zona urbana de Mutuípe-Ba. Atua enquanto professora há 21 anos, tem formação em Pedagogia e Letras Vernáculas, bem como uma pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. No Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida, a professora Clarice é bem engajada, demonstra interesse nos assuntos da escola, inclusive é uma das pensadoras da política pedagógica da instituição.

IV – O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE AS PROFESSORAS PERCEBEM?

Este capítulo se debruça sob a análise dos dados produzidos no campo empírico, junto às professoras atuantes nas turmas do 6º ano do ensino fundamental do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida, situado na praça Bartolomeu Chaves, no centro de Mutuípe-Ba e apresenta uma breve reflexão sobre os desafios e problemáticas que permeiam a questão do preconceito linguístico identificado nas turmas supracitadas, a partir do tratamento dos dados. No intuito de atender aos objetivos específicos da pesquisa, traremos as percepções das professoras entrevistadas acerca do que é abordado na proposta pedagógica em torno da questão da variação linguística, bem como, discutir sobre as mazelas que o preconceito linguístico proporciona no dia a dia de uma sala de aula.

4.1 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO SOB A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS

Nesta seção, traremos percepções das professoras colaboradoras sobre o preconceito linguístico que identificam/identificaram em sala de aula, a fim de compreender as principais problemáticas que rondam em torno das variedades linguísticas existentes.

De acordo com o orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), dentre os princípios que regem uma educação pautada num processo de ensino/aprendizagem qualificado está o olhar sobre a variação linguística nas instituições. Assim, evidencia que, ao se estudar sobre a temática, é imprescindível “discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica” (Brasil, 2017). Nesse contexto, iniciaremos esse capítulo compartilhando as narrativas apresentadas pelas colaboradoras da pesquisa, aqui chamadas de Katarina e Clarice, conforme explicado anteriormente.

Ao iniciar a entrevista, pedi que as professoras falassem um pouco sobre o seu entendimento a respeito do preconceito linguístico, focando em apresentarem as suas percepções em torno dessa problemática. Desse modo, a professora Clarice (2024) nos respondeu que:

O preconceito linguístico é quando as pessoas ignoram o jeito de falar de outras né? Principalmente pessoas que têm menos formação ou que são de regiões mais distante do centro urbano, da cidade, e utilizam palavras que são comuns lá na sua rotina, no seu dia a dia com seus familiares, e acabam muitas vezes trazendo essa linguagem para o seu dia a dia na escola e são ridicularizadas pelos colegas né. Os colegas criticam o jeito de falar por conta da falta dessa informação dessa diversidade que há na língua, né? As diversas formas de falar da língua portuguesa. A nossa língua foi feita a partir de junções de várias línguas, né? Tínhamos do tupi, chegaram os africanos, os vários povos europeus, então a nossa língua, ela é diversa, e dessa diversidade cada pessoa traz a sua própria forma de falar de se comunicar (Professora Clarice, 2024).

Ao realizar o mesmo questionamento para a professora Katarina, ela nos apresentou a seguinte percepção sobre o tema abordado:

Eu vou buscar trabalhar dentro da minha área que é a educação física e olhar o que o aluno traz consigo, que o aluno quando chega na escola ele não chega solto ele chega com uma diversidade linguística, de cultura, e dentro da educação física eu percebo essa pessoa como eles veem o corpo. É a questão, a batata da perna, dobrar o braço, então eu consigo entender, então a partir do momento que eu vejo esse aluno, eu tento mostrar pra ele que de fato porque foi chamado de batata da perna, e mostrando cientificamente a forma correta (Professora Katarina, 2024).

Apesar das professoras entrevistadas serem de áreas de atuação diferentes, podemos perceber uma certa ligação entre as suas respostas no que diz respeito a forma como elas enxergam a importância de lidar com as variações linguísticas, de maneira que seja explicado ao falante como a língua portuguesa é plural. Bagno (1999) coopera ao destacar que, “a língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo”, isso demonstra o quanto é normal haver variação.

Por conta disso, é de grande relevância que professores (as), se atentem para a pluralidade linguística existente na sala de aula, compreendendo que cada estudante herda heranças de fala de diversas gerações, as quais, nem todos tiveram os mesmos acessos econômicos e sociais. Ainda cooperando nessa discussão, Bortoni-Ricardo (2005, p.15) enfatiza, “não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fechar para eles as portas, já estreitas, da ascensão social”. Desse modo, as contribuições das professoras foram de extrema relevância para nos mostrar como existe, dentro da sala de aula, as várias maneiras de falar, revelando essa diferença na própria fala dos estudantes, onde cada um entende que uma mesma coisa pode ser falada a partir de variação linguística.

Ao questioná-las se já presenciaram alguma situação de preconceito linguístico na prática da sala de aula, tivemos as seguintes respostas:

Já. O preconceito linguístico ele é muito presente na nossa vida né? Nós que moramos no interior temos contato direto com o preconceito linguístico, principalmente o jeito de falar de algumas pessoas, geralmente por ter menos escolaridade do que outras e aí às vezes são ridicularizadas pelo seu jeito de falar. Não é uma situação boa né, confortável não, a gente se sente incomodado, e a gente precisa esclarecer para os falantes que a língua portuguesa ela não estática né, ela muda o tempo inteiro, e a gente precisa se adequar ao meio e as pessoas que estão conversando com a gente (Professora Clarice, 2024).

Então, é já por diversas vezes, até porque a gente mora na cidade aqui no interior onde as pessoas têm muito senso comum, principalmente a pessoa que vem da zona rural. E assim por diversas vezes na rua, a pessoa fala e o outro critica, dá risada, debocha e é uma situação muito constrangedora pra pessoa que sofre esse tipo de preconceito (Professora Katarina, 2024).

Mais uma vez, podemos perceber como as respostas se encontram interligadas, desta vez, pensando na questão da localização que interfere e muito na disseminação desse tipo de preconceito por estarmos falando de uma cidade que se localiza no interior da Bahia e que possui uma variação na fala muito marcante. Como já abordamos anteriormente, sob a luz das explicações de Preti (2003) e Bagno (1999), a variedade geográfica ou diatópica é um fator determinante quando pensamos em torno do problema causado pelo preconceito diante da variação linguística de um falante que reside em uma região que faz uso de diferentes regionalismos ou dialetos.

Seguindo com a entrevista, foi questionado às professoras se elas acreditavam que esse tema a ser pesquisado era de relevância, dentro do contexto escolar e tivemos as seguintes respostas:

Considero. Eu acho que é um tema importantíssimo, porque é a nossa prática né, como eu falei anteriormente, ele está no nosso dia a dia o tempo inteiro, cada pessoa tem o seu jeito de falar, e nós precisamos compreender essa diversidade que existe na língua (Professora Clarice, 2024).

Com certeza, para educação é preciso tá sempre enfatizando essa questão da variedade linguística até porque o nosso país vem desse processo de variedade, diversidade e dentro da educação é preciso estar enfatizando sempre na sala de aula né, e desconstruindo isso constantemente (Professora Katarina, 2024).

Diante das narrativas apresentadas, podemos perceber como as professoras tem consciência da importância em se discutir criticamente sobre o tema pesquisado e como isso é muito importante para que a prática pedagógica aconteça enfrentando esse tipo de preconceito que só atrapalha no desenvolvimento de um estudante, pois é como Freire (1987) nos explica que é necessário um trabalhar pautado no contexto, na trajetória de vida e saberes dos estudantes.

Ainda em diálogo sobre as suas percepções e considerando as suas trajetórias na educação, pensando a respeito da importância em ter uma formação que auxilie o (a) professor (a) a lidar com situações que venham a acontecer, foi questionado às professoras se em algum momento de formação inicial ou continuada foi estudado

sobre o preconceito linguístico ou variação linguística e a professora Clarice (2024) nos explica que:

Quando em fiz o curso de pedagogia né, mas voltado para crianças a gente falava sobre a comunicação e trazíamos sempre a questão do preconceito linguístico, e no meu curso de letras também a gente teve a oportunidade de fundamentar. Como a gente estudava letras com a língua portuguesa, a gente focava bastante nesses vários falares e nessa língua que é viva. Ela tá em mudança o tempo inteiro, então ela não é uma língua estática, parada; eu tive desde a formação inicial, essa conversa, esse estudo sobre preconceito linguístico e as variedades linguísticas (Clarice, 2024).

A respeito do mesmo questionamento, a professora Katarina (2024) nos respondeu:

Com certeza, até porque o município trabalha com pedagogia crítica que vem a partir da diversidade, e essa diversidade vai ampliando, e vai englobando vários elementos como a diversidade linguística, então isso é um processo contínuo diariamente dentro da sala de aula, no contexto escolar, no pátio, tá sempre é buscando (Katarina, 2024).

Através de ambas respostas, podemos perceber que tanto durante o período de formação profissional quanto dentro da atuação da profissão, as professoras obtiveram orientação que auxiliaram na prática pedagógica e que contribuíram para desenvolver o senso crítico em torno dessa problemática, pois “precisa ser pauta todos os dias, a gente precisa compreender que as pessoas têm a sua forma de falar que é mais importante nisso tudo, é que haja a comunicação...” (Professora Clarice, 2024).

As narrativas das professoras se aproximam das reflexões apresentadas por Bortoni- Ricardo (2005), em seu livro “Cheguem a escola e agora?”, o qual apresenta dados relevantes para professores(as), no que tange a orientações e explicações sobre variedades linguísticas dentro da sala de aula. Ela explana a respeito do cuidado necessário ao se abordar esse tema, visto que, às vezes, os professores(as) também são falantes desses dialetos e variedades linguísticas e acabam que por terem os mesmos hábitos de falados alunos, passam por despercebido as orientações para norma culta perante algumas falas dentro do contexto da sala de aula. Isso implica que o papel do professor(a), tem uma importância significativa na vida dos estudantes e o fato dele(a) ser uma referência, as políticas educacionais também precisam contribuir para essas particularidades desses profissionais.

4.2 AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COLEGIO MODELO PROFESSOR CLÓVIS DA SILVA ALMEIDA EM MUTUÍPE- BA

É preciso pensar na proposta pedagógica existente numa escola para que se possa vislumbrar um enfrentamento eficaz contra o preconceito linguístico que ocorre em sala de aula, decorrente das variedades linguísticas existentes naquele determinado lugar, pois a compreensão e valorização dessas variedades podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e promover a equidade educacional. Dito isto, nesse tópico explanaremos a respeito do que as professoras colaboradoras nos falam sobre a proposta pedagógica existente no Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida e como elas fazem para lidar, na prática, com a diversidade linguística das turmas de 6º ano da escola em questão:

A proposta pedagógica que a gente usa lá na nossa escola, a nossa proposta pedagógica na verdade ela traz, a questão da temática do preconceito e variedade linguística, desde o sexto ano e perpassa por todas as séries que a gente trabalha lá na escola. A partir dos gêneros textuais trabalhados, a partir da linguagem que os alunos trazem, das histórias que eles contam, a gente sempre traz essa temática para roda e a gente sempre discute falando da importância de respeitar as pessoas do jeito que elas são, com suas particularidades, também na forma de falar (Professora Clarice, 2024).

Desde o início do ano letivo com a jornada pedagógica, a partir das palestras, do movimento que a gente faz inicial, já traz essa linha da variedade linguística, da diversidade e o aluno que chega que vai chegar na escola, [...] então, a pedagogia crítica do município traz consigo essa fundamentação teórica, da diversidade que vai tá envolvendo o preconceito, a variedade linguística (Professora Katarina, 2024).

Diante das falas das entrevistadas, podemos perceber que existe uma preocupação da escola em torno das questões que estão ligadas ao preconceito linguístico disseminado nas salas de aula, por conta da variação linguística. Para tanto, o PPP (2022/2023) da escola CMPCSA, enfatiza em seus princípios norteadores, sobre a necessidade de adequações curriculares de forma plural, para oferecer um estudo de melhor qualidade para seus estudantes, “[...], os currículos escolares e propostas pedagógicas precisam ser elaborados de maneira que possibilite os interesses dos estudantes, bem como, suas identidades culturais,

étnicas e linguísticas (PPP 2022/2023, p. 44)”. Nesse sentido, as diretrizes da escola se mostram engajadas em ofertar uma educação integralizada dentro de seus espaços formativos, demonstrando de forma efetiva a preocupação em uma educação humanizadora.

Continuando com a entrevista, questionamos também se elas conheciam as orientações da proposta pedagógica da escola que trabalham, no que se refere a variedade linguística:

Conheço sim. A nossa escola né, o colégio Clóvis por exemplo, ele traz lá na sua proposta para a gente trabalhar, que existe variedade linguística de acordo com a faixa etária, de acordo com a idade, de acordo com o nível de escolaridade e formação, e aí a gente desde essa proposta, a gente busca fazer esse trabalho pautado nessas variedades para que os estudantes consigam perceber que não é um falar errado, não é falar correto é um falar adequado de acordo a situação que eles vivenciam (Professora Clarice, 2024).

Sim, com certeza. Exatamente isso, a gente traz a jornada pedagógica para uma forma prática, porque lá é teoria. É, e como trazer isso na sala de aula? Então dentro do planejamento a gente tenta buscar nos projetos. Tem três projetos da escola que aborda direitos humanos, aborda o ambiente, a questão ambiental e tem também questões étnicas raciais. E dentro dessas três propostas da escola, do tema, a gente acaba colocando essa variedade linguística que está e que é muito forte, principalmente para o aluno que está chegando dentro da escola, do sexto ano (Professora Katarina, 2024).

As narrativas das professoras entrevistadas convergem com a reflexão deixada por Bagno (1999), quando ele diz que “uma das principais tarefas do professor de língua é conscientizar seu aluno de que a língua é como um grande guarda-roupa, onde é possível encontrar todo tipo de vestimenta” (Bagno, 1999, p.130). No seu convívio social e familiar, a criança adquire a sua língua e com ela chega à escola, pois o sujeito fala a partir do meio que está inserido. E isso precisa ser considerado no processo de ensino-aprendizagem, sempre.

4.3 AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO DA SALA DE AULA DO 6º ANO E AS MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS

Consciente de que a norma padrão deve e será apresentada aos alunos em sala de aula, cabe entender que não é só a partir da sua entrada numa escola que o sujeito passará a conhecer a sua língua, pois ele já a conhece e faz uso dela em seu meio para se comunicar, só que ele faz isso a partir da sua realidade. Compreendendo dessa forma, que o papel do educador, neste sentido, é o de auxiliar o estudante a refletir sobre o uso da língua, reconhecendo as diferenças e adotando uma postura da qual o preconceito não faça parte. Assim, esse tópico se encarrega de refletir sobre as mediações pedagógicas desenvolvidas nesse contexto. Sobre isso, Bagno (2007) destaca que:

O compromisso do educador é, antes, com a formação do aluno, com o desenvolvimento de suas capacidades tanto de reflexão sobre a linguagem quanto do uso crítico da língua. E na medida que língua e linguagem são parte indissociável de nossa forma de ser e de viver, da história individual e coletiva de todos nós, a educação linguística não pode deixar de ocupar-se do maior número possível de suas facetas, em especial aquelas mais envolvidas na vida social (Bagno, 2007, p. 15).

Pensando nisso, a próxima pergunta realizada na entrevista se encarrega de identificar, sob o olhar das professoras colaboradoras, se ocorrem variações linguísticas no contexto da sala de aula do 6º ano e como se é trabalhada em suas práticas pedagógicas. A professora Clarice (2024) nos respondeu que “eles chegaram no sexto ano, não é tão gritante essa questão do preconceito linguístico, mas a gente percebe” e afirma ainda que:

É principalmente algumas palavras que a gente vê que é comum na região, que a pessoa vive, no lugar que frequenta, se é um grupo de amigos de futebol, de outros esportes que eles praticam, e eles acabam levando para a sala de aula, e outros que não conhecem aquilo ali, algumas vezes acabam criticando do jeito de falar” (Professora Clarice, 2024).

Sobre como lidar com esse problema, Clarice (2024) nos conta que “*aí a gente pega esse momento e já traz para roda a questão das variedades linguísticas e trabalha de forma a evitar o preconceito linguístico, né? Evitar não, combater mesmo*

o preconceito linguístico” e conclui afirmando “porque nenhuma forma de preconceito a gente deve tolerar, né? Então com o preconceito linguístico, não é diferente”.

Já a professora Katarina (2024), relata que “logo no início da minha atuação enquanto professora era mais forte” e complementa contando que também sofreu preconceito linguístico, mesmo sendo professora: “Desde a minha época quando veio da zona rural, e aí, eu falava alguma coisa, - ah, ela é da roça, né?! E hoje vem desconstruindo bastante, e a gente observa que a tecnologia ela ajudou bastante”. Mas, apesar desse relato, Katarina (2024) afirma que a tecnologia tem sido uma aliada na luta contra o preconceito linguístico:

A gente sabe que a tecnologia ela tem seu lado positivo e negativo, mas se você pensar na vantagem, nessa questão, ajudou bastante. Mas não é que a gente vai desconsiderar aquele aluno que ainda tem forte, lá da comunidade onde vive, né, falar por exemplo é, fui rancar mandioca. Eu ouço isso do meu aluno, ele chega, - é pró, eu tou varado de fome. E aí eu já entendi que ele está com muita fome. - é professora, hoje tou morto de cansado! Como é uma pessoa morto de cansado? E eu consigo entender. Então há ainda, mas não há tanto preconceito como já houve há muito tempo (Professora Katarina, 2024).

Chega a ser um pouco chocante perceber, através da fala da professora, que ela também foi vítima dessa prática preconceituosa que acomete muitos estudantes e que pode ser tão danosa ao ponto de fazer pessoas desistirem de seus sonhos. Freire (2006) já apontava para a importância de a escola ser, além de conteúdos programados, instrumento transformador, no intuito de ajudar os sujeitos a se constituírem enquanto pessoa e em comunhão social, transformar o mundo, fazer e refazer histórias.

Para concluir nossa entrevista com as colaboradoras, foi realizada a seguinte pergunta: Considerando as situações envolvendo o preconceito na sala de aula, quais as intervenções pedagógicas utilizadas por vocês para mediar?

A gente costuma utilizar gêneros textuais né, que tratam dessas questões, principalmente os causos por exemplo né, a gente percebe muito a situação de um preconceito linguístico recorrente, em questão a variedade regional, a gente traz os causos e traz as particularidades. Então a partir do caso, a partir daquela linguagem utilizada no caso, a gente traz para a realidade do aluno. E aí a gente vai fazendo a

leitura do texto trabalhando com ele o jeito de falar e ressaltando sempre que não é o certo e o errado é a de acordo aquela situação que eles estão vivendo. Então as nossas intervenções pedagógicas sempre são pautadas em texto né, e a partir do texto estamos trabalhando a gente vai trazendo para nossa realidade também (Professora Clarice, 2024)

Eu enquanto professora, busco muito pelo respeito e trago isso em todas as aulas. Independente se a aula é na sala ou na quadra. É, na educação física hoje, a minha forma de ver a educação física, ela vai além da competição, ela vai muito pelos valores e isso traz a diversidade e essa variedade linguística que a gente tá falando aqui, agora. E eu lógico já intervi várias vezes durante as aulas... Então é intervindo de uma forma que os dois consigam entender né, que a forma como a gente ouve. Que consegue entender, mas, que cabe a gente tá intermediando (Professora Katarina, 2024).

É fundamental que os professores e professoras atuantes em sala de aula, mostrem sempre a importância de não praticar nenhum tipo de preconceito com seus pares, a fim de que a variedade linguística seja vista como algo natural, afinal, estamos tratando da nossa forma de falar, de se comunicar. Pois, é como Bagno (1999, p.117) afirma: “a gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento”. Por isso, é importante que se estimule aos estudantes o exercício do pensamento crítico, a fim de compreenderem e respeitarem a existência da variação linguística, pois existem várias maneiras de se falar a mesma coisa e nenhuma delas deve ser estigmatizada.

Apesar de algumas diretrizes dentro da BNCC orientarem para diversidade, pluralidade e equidade, ainda não é efetiva a problematização a respeito das variações linguísticas, o que gera o preconceito linguístico dentro das escolas, sendo visto através de alunos que falam variedades linguísticas diferentes da norma culta e, muitas vezes são corrigidos de forma grosseira ou até ridicularizados

As reflexões a respeito das variações linguísticas ainda são pouco abordadas, diante da importância que ela tem dentro da grande diversidade linguística existente no Brasil, considerando a sua diversidade cultural e regional. Elas podem ser observadas em variados aspectos dentro de cada região do nosso país, como sotaques, vocabulário, expressões idiomáticas, gírias e até mesmo em aspectos

gramaticais que são influenciadas por diversos fatores, dentre eles: históricos, sociais, culturais e geográficos.

No entanto, muitas vezes, essas variações não recebem a devida atenção no contexto educacional e o ensino da língua portuguesa tende a se concentrar na norma culta, deixando de lado as variações regionais e populares. Isso pode levar a uma percepção equivocada de que existe uma forma "correta" e outras "incorretas" de falar o português, desvalorizando as formas de expressão regionais e populares.

Para tanto, faz-se necessário criar novas estratégias dentro do currículo que complementem essa questão das variedades linguísticas dentro das escolas, para que assim, todos sejam atendidos de forma igualitária sem nenhuma perda ou prejuízo, relacionados aos processos de aprendizagens. Reconhecer e valorizar as variações linguísticas é fundamental para promover a inclusão e o respeito à diversidade cultural, seja dentro ou fora do ambiente escolar. Além disso, é importante para a formação de uma identidade nacional que abrace a riqueza das diferentes formas de expressão presentes no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me debrucei a pesquisar e escrever sobre o tema “variedade linguística nas práticas pedagógicas: um estudo com foco nos alunos do 6º ano, oriundos do campo”, não fazia ideia do grande desafio que estava me propondo. Mesmo diante de todas as dificuldades em enfrentar as demandas dos afazeres diários de uma mãe de família, trabalhadora e universitária, busquei me dedicar às respostas do que me inquietou.

A estratégia de ir a campo buscar dados para a consolidação da pesquisa foi um pouco frustrante, pois deparei-me com professoras (as) que talvez não se interessassem pelo assunto ou, talvez, apenas não tivessem consciência da diversidade linguística existente no Brasil e quão importante é discutir sobre. E ainda teve muitos que não se interessaram na pesquisa por deixarem passar despercebido as pluralidades existentes dentro da sala de aula, deixando seus estudantes seguirem apenas como mais um número na escola. Há também quem pense: Por que falar de variedades linguísticas, um assunto desmotivador, em pleno século XXI? Ainda existem pessoas que não dominam a norma padrão culta em suas falas?

Mesmo com todos os entraves, duas professoras se propuseram a encarar esse desafio comigo, as professoras Clarice e Katarina (nomes fictícios). A proposta de falar sobre as suas percepções a respeito de alunos falantes de variedades linguísticas dentro da sala de aula, é uma problemática bastante inquietante, principalmente para quem ocupa um cargo dentro da sociedade, onde o currículo se volta para o padrão da norma culta. No entanto, deu para perceber com as entrevistadas que, mesmo o currículo falando de variedades linguísticas de forma superficial, perpassando por todas as séries do ensino fundamental anos finais, as considerações para atender aos alunos em suas particularidades, é um fazer individual de cada professor. Cada docente busca ou precisa buscar adicionar em suas práticas pedagógicas, uma metodologia que dialogue com a realidade de seus estudantes.

Considerando o trabalho desenvolvido através do relato das professoras, foi possível constatar que, escola tem um currículo pronto a seguir, nos livros didáticos,

as variações linguísticas não vêm dialogando para valorização dos sujeitos. A partir das charges trazidas nas histórias em quadrinhos, observa-se que elas tendem mais a promover a discriminação, do que para promoção da linguagem falada pelo camponês. Quando, na verdade, pedagogicamente falando, deveria dialogar, orientando sobre as várias maneiras que existem de se falar, contemplando para a valorização da cultura linguística de um povo.

As constatações do assunto em cursos de formação continuada, as professoras falam apenas ter visto com profundidade a respeito da temática variação linguística, 'preconceito linguístico, em suas formações iniciais. Desse modo, os estudantes seguem falando seus dialetos, "certo ou errado", caminhando sempre para o padrão da norma culta e, quem não consegue se inserir dentro desse padrão, é desprestigiado, porque é isso que está imposto nos currículos, nos livros didáticos, bem como, impregnado na sociedade por aqueles que ditam as regras, a elite. E, os alunos que não conseguem acompanhar o padrão da norma culta, seguem dentro das escolas sem nenhuma valorização ou esclarecimentos a respeito daquilo que os cercam e que fazem parte das suas realidades: o seu modo de fala. Os dialetos e os regionalismos dos estudantes não são considerados ou pesquisados dentro das instituições de ensino. O lugar onde os protagonistas das pesquisas poderiam ser seu próprio povo, é invisibilizada.

Esse trabalho pôde constatar que se faz fundamental que novas perspectivas sobre as variações linguísticas nas práticas pedagógicas sejam abordadas, mostrando para a sociedade que nas escolas têm estudantes que não dominam a fala padrão da norma culta, mas que esses sujeitos têm voz e precisam ser ouvidos, bem como, respeitados dentro de seu contexto de vida. O objetivo é buscar desconstruir tudo visto até aqui, o mito da "língua una" e falar sobre as variedades linguísticas dentro das salas de aula, onde alunos oriundos do campo, muitas vezes deixam de participar das aulas de forma efetiva por terem medo de sofrer preconceito linguístico. E, para a surpresa, a inquietação não foi em vão, pois as professoras entrevistadas confirmaram que os estudantes chegam na escola falando seus dialetos e, como orienta o currículo, o professor busca orientar esses estudantes sobre o uso da variação padrão da norma culta, muitas vezes, invisibilizando a existência da gama linguística existente no Brasil. As professoras estão erradas? Não! Porém, existe a necessidade da criação de novas

políticas públicas educacionais que atribuam à linguística, a legitimação das suas variedades no Brasil.

Não podemos seguir com um português brasileiro pautado no lusitano, quando aqui temos uma mistura de muitas línguas e culturas regionais. A história desse país está construída em cima de miscigenações e, aqui já existiam povos falantes de uma língua, o tupi guarani. O português brasileiro não precisa estar pautado apenas em uma normativa, mas numa política linguística que alcance a todos. Para tanto, existe uma necessidade urgente de revisões nos PCNs, orientando sobre a diversidade dos sujeitos, não apenas nas dimensões culturais, estruturais, econômicas, mas também com foco nas diversidades linguísticas. Os alunos que estão dentro dos espaços das escolas, que não conseguem falar dentro da norma padrão culta, não recebem qualquer tipo de encorajamento por parte dos professores(as), para que eles possam participar da aula de forma efetiva e até mesmo se empoderarem de suas culturas linguísticas. Isso acontece, porque não existe um estudo mais aprofundado dentro das escolas sobre como a língua portuguesa brasileira foi constituída.

Diante dessa pesquisa, revelou-se um desafio enriquecedor e necessário, expondo a realidade da educação brasileira, sobretudo do Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida, no que diz respeito à valorização das diversas formas de expressão linguística. Apesar das dificuldades enfrentadas, especialmente no campo da coleta de dados e na conscientização dos professores sobre a importância do tema, o estudo trouxe à tona a necessidade urgente de políticas públicas educacionais que legitimem e valorizem as variedades linguísticas no Brasil.

A colaboração das professoras Clarice e Katarina mostrou que, embora o currículo aborde superficialmente as variações linguísticas, a responsabilidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos recai sobre os professores individualmente. Isso evidencia uma lacuna significativa no sistema educacional, onde os dialetos e regionalismos dos estudantes são frequentemente ignorados, perpetuando o preconceito linguístico e a desvalorização das culturas locais.

É fundamental que o currículo escolar e os livros didáticos dialoguem com a realidade dos estudantes, promovendo a valorização da diversidade linguística. A inclusão de discussões sobre as variedades linguísticas nas formações continuadas

de professores é também essencial para desconstruir o mito da "língua una" e combater o preconceito linguístico nas escolas.

A pesquisa destaca ainda, a necessidade de revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para incluir uma abordagem mais inclusiva e abrangente das diversidades linguísticas. Somente através de uma política linguística que alcance todos os estudantes, respeitando e valorizando suas formas de expressão, será possível construir uma educação mais justa e inclusiva. Os alunos devem ser encorajados a se empoderarem de suas culturas linguísticas, promovendo uma sociedade que reconheça e celebre sua rica diversidade.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é como se faz, 54 ed, Editora Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

BAGNO, Marcos. STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua Materna**: Letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. Parábola Editorial, São Paulo, 2004.

BAGNO, Marcos. Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa. 2006, p. 9-10. In: LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Parábola Editorial, 2008. São Paulo.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAHIA, Mutuípe. Colégio Modelo Professor Clóvis da Silva Almeida (2022/2023). **Projeto Político Pedagógico**, Mutuípe- Bahia.

BOGO, F. **Nóis Mudemo**. 3 ed., Palmas: Kelps, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Mares. **Problemas de comunicação interdialeto**. Sociolinguística e ensino do vernáculo. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. Editora Parábola, 1º ed, São Paulo, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016], Lei nº 7.716, DE 5 de janeiro de 1989, Art. 1º.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa** / Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE/**Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 mai. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. **Pesquisa Social, Teoria, Método e criatividade**, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tg4j5WkmPT5Ffp4TXk3j79d/>. Acesso em: 17 out. 2023.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. (Tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro). 20.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo (Org.) São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para práticas educativas**, Editora Paz e Terra, 31ª ed, São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SILVA, Leilane Ramos da. **Percursos de uma política linguística no Brasil**. Editora Paco, Jundiaí. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/noticias/vii-seminario-nacional-e-iii-seminario-internacional-politicas-publicas-gestao-e-praxis-educacional/> .Acesso em 10 set. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PRETI, Dino. **Sociolinguística (os níveis de fala)**. Editora EDUSP, São Paulo, 9^o ed, 2003.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria, OLIVEIRA, Guilherme Saramago de, SANTOS, Josely Alves dos. **Artigo, As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**, Programa de pós-graduação em educação da Universidade de Uberlândia, ano de publicação 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Eliana%20Costa/Downloads/49-Texto%20do%20artigo-151-1-10-20211225.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 12^a Ed. Edição original: 1916 (1988).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 9. Ed. ver. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro da entrevista semiestruturada



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Título da Pesquisa: A variedade linguística nas práticas pedagógicas: um estudo com foco no 6º ano, de alunos oriundos do campo

Pesquisadora: Eliana Costa

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Eurácia Barreto de Andrade

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(a) ENTREVISTADO(a)

NOME FICTÍCIO:

IDADE:

FORMAÇÃO:

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO:

VOCÊ JÁ PRESENCIOU ALGUMA SITUAÇÃO ENVOLVENDO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SUA VIDA? SE SIM, COMO FOI?

VOCÊ CONSIDERA ESTE TEMA IMPORTANTE PARA DISCUTIR/PESQUISAR?

....

I. DADOS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

1º Qual a sua percepção sobre o Preconceito Linguístico? Fale um pouco sobre o que você entende sobre este tema:

2º Considerando a sua trajetória na educação, em algum momento de formação inicial ou continuada você estudou sobre o Preconceito Linguístico ou Variação linguística? Se sim, em que momento? Quais as reflexões e orientações?

II. DADOS SOBRE AS ORIENTAÇÕES ACERCA DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE MUTUÍPE E ORIENTAÇÕES

3º A Proposta Pedagógica da escola faz alguma menção sobre as Variedades Linguísticas ou o Preconceito Linguístico?

4º Você conhece as orientações da Proposta Pedagógica da Escola no que se refere ao Preconceito Linguístico ou Variedade Linguística? Se sim, quais são?

III. DADOS SOBRE AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA SALA E AS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

5ª Considerando a sua experiência na educação, você presencia com frequência situações envolvendo o Preconceito Linguístico? Se sim, como são?

6ª Considerando as situações envolvendo o Preconceito Linguístico na sala de aula, quais as intervenções pedagógicas utilizadas por vocês para mediar?

Agradecemos a sua contribuição à nossa pesquisa. Muito obrigada!